

O Brasil enquanto país-satélite da política externa norte-americana durante o período de 1964 - 1985*

O Brasil enquanto país-satélite da política externa norte-americana durante o período de 1964-1985

Recebido em: 28/03/2016

Aceito em: 09/09/2016

Tales de Paula Roberto de Campos
Marianny Angélica

Resumo

O posicionamento brasileiro com relação à política externa norte-americana era regular: beirando entre a cooperação e a tensão política. Esse quadro passa a sofrer uma derrocada a partir de 1961, com a entrada de João Goulart na presidência do Brasil. O comportamento da política de João Goulart é controversa, o que força os americanos a tomarem medidas drásticas, incitando um golpe militar. De 1964 até 1985, as relações entre Brasil e Estados Unidos terão altos e baixos, tais como alianças comprometidas e embates políticos. Neste artigo, foi realizada uma análise fazendo uma correlação entre o período estudado e a teoria do Realismo, tendo como base um estudo histórico e as revelações da Operação Condor.

Palavras-Chave: Brasil, Estados Unidos, Ditadura Militar, Realismo, Cooperação.

Abstract

The Brazilian position in relation to the US foreign policy it was regular: Verging between cooperation and political tension. This scenario begins to suffer a debacle starts changing from 1961, when João Goulart becomes president of Brazil. João Goulart policy behavior is controversial. This forces Americans to take drastic measures and incite a military coup. From 1964 to 1985, relations between Brazil and the United States will have ups and downs, such as threatened alliances and political clashes. Regarding to International Relations, the correlation of the study of this period and the liberal theory are analyzed. In this article, a new analysis was performed by making a correlation between the studied period and the realism theory, based on a historical study and the revelations of Operation Condor.

Keywords: Brazil, United States, Military Dictatorship, Realism, Cooperation.

* Nossos sinceros agradecimentos aos professores Vinícius Tavares e Letícia Vulcano pelas suas orientações sem as quais seria impossível a realização deste artigo.

Introdução

Este artigo pretende abordar a política externa do Brasil com relação à norte-americana, no período compreendido como o Regime Militar brasileiro (1964-1985), a fim de demonstrar que o Brasil era um Estado primordial para as ambições dos Estados Unidos e para a liderança das políticas estadunidenses durante a Guerra Fria na região da América Latina. Da mesma forma, pretende evidenciar a simpatia por parte dos militares brasileiros para com os americanos, revelada nas operações brasileiras em território nacional e em plano externo. Portanto, essa interação entre as nações, gerada a partir de interesses mútuos, fez com que o Brasil passasse a viver o papel de “país-satélite”.

O uso do termo “país-satélite” tem como referência o exposto por Kamrava (2008), no qual um Estado é visto como dependente econômica e militarmente de outro tido como mais poderoso. O exemplo mais popular está no caso dos Estados-satélites da antiga União Soviética (KAMRAVA, 2008, p. 73). Com base nesse conceito, pode-se supor que as ações praticadas pelas duas nações, especificamente naquele momento, retratavam essa situação. Os interesses americanos e os desejos brasileiros representavam as forças atrativas entre as nações e as magnitudes dos países garantiram a condição para o Brasil se manter em órbita em torno da nação americana. O fato de se utilizar o termo “país-satélite” para o Brasil não diminui a sua importância em relação aos Estados Unidos.

Além disso, pretende-se demonstrar que as ações e os fatos ocorridos nesse período da história são, em sua maioria, exemplos típicos que evidenciam a teoria do Realismo. Apesar do risco da simplificação, ou seja, de tentar restringir todas as ações realizadas num período da História unicamente por uma única teoria de Relações Internacionais, o objetivo neste trabalho é tentar tipificar um modelo de acordo com as ações adotadas.

O Regime Militar (1964-1985), segundo Luiz (2011), foi um marco para a vida política e democrática no país, não só em sua política interna, mas também em sua política externa. No plano interno, o país sofreu uma interrupção da ordem democrática, por meio das eleições indiretas, da suspensão dos direitos políticos, da instituição da censura, do poder político nas mãos dos militares, dentre outras atitudes antidemocráticas. No plano externo, o país que vinha adotando a chamada “Política Externa Independente” nos

governos de 1951-1964, que fora desenvolvida pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil e que fazia com que o país apresentasse atitudes mais ativas sem seguir a linha americana (LUIZ, 2011, p. 3), sofreu uma grande mudança de comportamento. Para compreender as circunstâncias que rondavam a atmosfera da política externa do país naquele momento e desenvolver mais claramente este tema, é necessário ter-se um entendimento mais profundo dos governos militares que dirigiram o país de 1964 a 1985, os Governos Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), e, portanto, sendo necessário incluir, no contexto histórico desse dado momento, A Guerra Fria e o embate político entre o capitalismo e o comunismo (LUIZ, 2011, p. 3).

Para entender mais claramente a intensa política externa vivida naquele período, é necessário aprofundar os estudos acerca da Operação Condor, que foi um divisor de águas, uma reunião de política externa dos governos militares do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile e Paraguai, firmada nos anos 1970 e consolidada na assinatura do ato em 1975. Naquele momento, as ações coordenadas entre as seis ditaduras definiram modos conjuntos de atacar, torturar e desaparecer com os militantes políticos que faziam afronta aos regimes militares sul-americanos (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2015). Segundo Souza (2011), a Operação Condor foi responsável por várias mortes envolvendo militantes políticos argentinos, brasileiros, chilenos e paraguaios, até mesmo o caso de presidentes, como o ex-presidente boliviano Juan José Torres. A operação teve também participação de grandes ditadores latino-americanos, como o general chileno Augusto Pinochet (1973-1990) e o paraguaio Alfredo Stroessner (1954-1989) (SOUZA, 2011, p. 160).

A importância de se tratar deste tema reside no fato do Brasil ser um país de importância estratégica fundamental para a América do Sul, além de ser um Estado de eminente expressão política no cenário geopolítico. Tal importância pode ser levada ainda mais em conta se observar o Brasil como forte aliado político e ideológico dos Estados Unidos tal como foi citado por Tavares (2011) em seu documentário “O Dia que durou 21 anos”, no qual o Brasil é visto pela ótica do coordenador da NSA, Peter Kornbluh, que afirmava: “O Brasil era uma superpotência regional, um país imenso, com vasto potencial econômico, vasto potencial de

liderança. Os EUA não podiam se dar ao luxo de perdê-lo.” (TAVARES, 2011).

O país já era tido como um colaborador dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial e essa colaboração se intensificou após 1945, de acordo com Cervo (1986) o país se alinhou aos EUA na batalha contra o comunismo, mantendo-se ao lado dos americanos durante a Guerra Fria (CERVO, 1986, p. 76). Tal posição ficou muito bem endossada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) com o rompimento das relações diplomáticas com a URSS, favorecendo interesses americanos, com a adoção da conhecida “Missão Abbink” de 1948, e a presença de técnicos estadunidenses para auxiliar o crescimento econômico brasileiro (AYRES, 2013, p. 8-9). Essa política de aproximação entre as nações evidenciou-se com o próprio Regime Militar, que adotou no Brasil uma visão pró-EUA (CERVO, 1986, p. 80), Castelo Branco inaugurou no país uma política diferente da “Política Externa Independente”.

Neste artigo apresenta-se uma breve descrição histórica do período de 1930 a 1985, com o intuito de garantir subsídios para demonstrar a interdependência entre as nações, durante o regime militar, e a presença de elementos que permitem relacioná-los com a teoria do Realismo. No segundo tópico apresenta-se uma descrição do caso analisado de acordo com a ótica realista, novamente, para demonstrar as hipóteses levantadas nesse artigo.-Evidentemente o período de 1930 a 1985 tem um quantitativo elevado de eventos, o que seria realmente impossível de descrever neste texto. Portanto, foram elencados nesta revisão os fatos que apresentam maiores ligações com o objetivo deste artigo. Nesta revisão, buscaram-se estudar trabalhos relevantes, tais como Cervo (1986, 2002), autor de obras importantes, como “História das Relações Internacionais: Dois séculos de história (1815-1947)”, e a obra célebre de Moura (2012), “Relações Exteriores do Brasil 1939-1950 - Mudanças na natureza das relações Brasil-EUA durante e após a Segunda Guerra Mundial”. O documentário de Tavares (2011), “O dia que durou 21 anos”, apesar de se tratar de uma filmografia, é fundamental para explicar a transição do período democrático brasileiro a partir da presidência de João Goulart para a entrada do regime militar em 1964, sob a direção de Humberto Castelo Branco. Demonstra também a reação política dos governos estadunidenses de John F. Kennedy e Lyndon Johnson quanto à guinada na política brasileira para o esquerdismo, podendo levar, junto a si, toda a América Latina.

Contextualização do tema

Getúlio Vargas (1930-1945) e a queda do Estado Novo

A década de 1930 é considerada um marco na história contemporânea devido à emergência de novas forças políticas na forma de um movimento nacional que derrubou a “república oligárquica” e levou Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930 (MOURA, 2012, p. 47). Para Manzur (2014), quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, delineou-se uma percepção inovadora das relações internacionais em que um eixo central passou a pautar a política externa do país, que duraria até o fim dos governos militares, com alguns resquícios evidenciando-se até fins dos anos 1980: o nacional-desenvolvimentismo. Manzur (2014) ainda afirma que esse conceito pode ser entendido, em uma interpretação livre do pensamento de Moura (2012), como a busca do desenvolvimento interno pela via da política externa. Nesse sentido, Vargas foi o primeiro líder brasileiro a encampar a ideia de que a barganha internacional poderia tornar viáveis projetos como o da modernização das Forças Armadas, da economia e das finanças do país, e da implantação da indústria siderúrgica, estabelecendo as bases para o crescimento nacional (MANZUR, 2014, p. 171-173).

Nos fins de outubro de 1945, o Brasil começava a decretar o fim do Estado Novo (1937-1945), no qual Getúlio Vargas permaneceu 15 anos no poder. No plano externo, a entrada do Brasil ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial era visto como contraditório; (PANDOLFI, 1999, p. 9-11), pois Vargas teria simpatia pelas Potências do Eixo, inclusive elogiando suas ações nos anos de 1939 e 1940, sendo um meio de legitimar, por sinal, seu governo totalitário (CERVO, 1986, p. 72-73). No entanto, essa afirmação pode ser um tanto controversa; Moura (2012) descreve em seu trabalho que:

“os discursos de Vargas produziram muito debate, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Popularmente, pensava-se que o Brasil se aproximava do modelo fascista e rejeitava o padrão liberal-democrata de Estado e sociedade. Discussões no governo Roosevelt fizeram o Administrador Federal de Crédito mudar os termos de suas propostas anteriores e remover os limites do crédito necessário para a construção da siderúrgica brasileira. A embaixada estadunidense no Rio de Janeiro estava convencida que a ameaça de Getúlio de se voltar para a Alemanha era séria e poderia tornar-se realidade se as novas iniciativas do governo dos Estados Unidos fracassassem” (MOURA, 2012, p.66-67).

Porém, com a intensa cooperação econômica entre Brasil e EUA, somada às baixas de navios mercantes e de transporte afundados pelos alemães, nada mais restou ao Governo Vargas senão declarar guerra às Potências do Eixo em 1942 e convocar a FEB (Força Expedicionária Brasileira) a travar batalhas na Itália (CERVO, 1986, p. 73-75). A entrada ao lado dos Aliados no conflito levou a um ultimato ao Estado Novo: “Como justificar a manutenção da ditadura, se soldados brasileiros lutavam na Europa em prol da democracia? Em novembro de 1945, Getúlio foi deposto da presidência da República.” (PANDOLFI, 1999, p. 11).

Governo Dutra (1946-1950) e o alinhamento aos EUA

Após 1945, a América Latina permaneceu aliada aos EUA na Guerra Fria, e o Brasil manteve-se também nessa linha, inclusive sob a direção do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950); esse alinhamento fora automático, especificamente pelo fato de o Brasil ter apoiado os Aliados (e, em primeira instância, os Estados Unidos) durante a mencionada guerra (MANZUR, 2014, p. 176).

O governo do presidente Dutra foi considerado conservador tanto na esfera externa como na interna; na via diplomática, fazendo importantes ligações com a política externa norte-americana e rompendo relações cortesias e comerciais com a União Soviética, além disso, cassando o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e fechando embaixadas na China devido à eclosão da Revolução Chinesa (CERVO, 2002, p. 269-273; MANZUR, 2014, p. 176).

Segundo governo Vargas (1951-1954): populismo contra entreguismo

A saída de Dutra e a entrada do Segundo Governo Vargas (1951-1954) mudam novamente a política interna e externa. Vargas faz uso de um apoio nacionalista e militar, altera a política externa diminuindo a presença de capital estrangeiro no país, deste modo, combatendo os que eram conhecidos como os “entreguistas” e fazendo uso de sua mais nova arma política característica dos presidentes de 1951 a 1964: O chamado populismo, (CERVO, 2002, p. 273). Esse termo, segundo definiu Weffort (1980), corresponde à “política de massa que buscava conduzir manipulando suas aspirações” (WEFFORT, 1980, p. 61). Todavia, esse termo tem gerado controvérsia. De acordo com Fortes (2007), duran-

te o ciclo das ditaduras militares, aprofundou-se a crítica ao passado populista e as décadas neoliberais criaram um contraste negativo, frente ao qual muitos aspectos desse mesmo passado passaram a ser vistos sob uma luz mais favorável. Para Fortes (2007), o reflexo mais nítido dessa inflexão no ambiente político-intelectual tem sido a defesa do abandono do conceito de populismo por diversos autores, que, entretanto têm apresentado como alternativa ou termos descritivos associados a variantes específicas do fenômeno (“trabalhismo”, “cardenismo”, “peronismo”) ou caracterizações ainda mais genéricas, como “nacional-estatismo” (FORTES, 2007, p. 73). Bresser-Pereira, citado por Fonseca (2011), transcreve a distinção entre populismo econômico e político e, ao contrário da literatura tradicional, substitui a interpretação depreciativa por outra, a qual o resgata como fenômeno histórico: para uma sociedade de formação oligárquica e que dava os primeiros passos rumo à democratização, à industrialização e à urbanização, “o populismo político é um avanço em relação ao passado autoritário porque é uma forma inicial de participação popular, é uma manifestação da democracia que está emergindo” (BRESSER-PEREIRA apud. FONSECA, 2011, p. 58).

Governo JK (1956-1961): o início do desalinhamento com os EUA

O alinhamento aos EUA se mostra menos evidente com a entrada de Juscelino Kubitschek no poder (1956-1961). JK lança a Operação Pan-americana em 1958, a favor do fim do subdesenvolvimento latino-americano e o favorecimento da melhoria econômica e social da região. A resposta norte-americana foi imediata, com a formação de vários blocos econômicos (como o BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento – e a ALALC – Associação Latino-Americana do Livre Comércio) e a adoção do projeto “Aliança para o Progresso” do presidente estadunidense John F. Kennedy (CERVO, 1986, p. 76-77). No plano interno, Juscelino Kubitschek iniciou o chamado Plano de Metas (1956-1960), que aproveitou o quadro de ótimo crescimento econômico nacional (BELLINGIERI, 2004, p. 1) buscando desenvolver o setor das chamadas “indústrias de base” (indústria automobilística, por exemplo), com ajuda de capital estrangeiro e na infraestrutura nacional, como o caso da malha rodoviária (BELLINGIERI, 2004, p. 1). O governo JK teve seu fim com uma inflação de 33,2% em 1961 (BELLINGIERI, 2004, p. 13).

Jânio Quadros (1961-1962) e a política externa independente

A eclosão da Revolução Cubana em 1959 (CERVO, 2002, p. 310) leva os EUA a adotar práticas para evitar que governos como o do Brasil tivessem uma guinada política para a esquerda; assim, Kennedy mandou, em 1961, o embaixador Lincoln Gordon para o Brasil, já presidido por Jânio Quadros (TAVARES, 2011). Jânio lança a chamada “Política Externa Independente”, formalizada em seu governo e que permaneceu forte sob o mandato de João Goulart. Através da PEI (Política Externa Independente), Jânio passa a “mundializar” a política externa brasileira, fazendo frente aos interesses americanos. Jânio fez com que a política brasileira fosse menos dependente; enviou delegações internacionais a China e condecorou o líder político Che Guevara (CERVO, 1986, p. 77-78). Desse modo, a PEI demonstrou-se uma terceira via às alternativas internacionais. Jânio, em sua política interna, aprovou uma posição nacionalista, desenvolvimentista e populista (CERVO, 2002, p. 309), porém, conflou uma crise política dentro do país, sofreu grande repressão pela base conservadora da UDN (União Democrática Nacional), liderada por Carlos Lacerda, que fez Jânio mandar o vice-presidente João Goulart para a China (ARQUIVO NACIONAL, 2015), deste modo, renunciando ao cargo e fazendo a transição de poder para seu vice (TAVARES, 2011).

João Goulart (1962-1964): a conspiração americana para o golpe

A entrada de João Goulart no poder significou a deterioração das relações entre EUA e Brasil, segundo Cervo (2002), o país era visto com extrema desconfiança pelos americanos. Essa afirmação pode ser confirmada no documentário de Tavares (2011) que relata uma conversa entre Lincoln Gordon e Kennedy. O presidente perguntou a Gordon: “Se Goulart tivesse poderes, se ele tivesse poderes, agiria?”. Gordon afirmou que Goulart “faria algo como Perón, ou algo assim”. Ou seja, a visão era que ele agiria como “um ditador pessoal e populista” (TAVARES, 2011).

O posicionamento americano era de querer comprovar que Goulart fazia parte da esquerda e seu posicionamento sobre a realização da reforma agrária somente reforçava o argumento estadunidense (TAVARES, 2011). Conforme a administração Goulart avançava com o tempo, os atritos dos dois países aumentavam; um evento primordial foi a desapropriação das terras pertencentes à

empresa americana ITT (*International Telephone and Telegraph*) feita pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (CERVO, 2002, p. 355).

Goulart desejava continuar os projetos da Política Externa Independente contra a linha dos EUA; isso ficou evidente nas palavras do líder do Governo Jango, Bocayuva Cunha: “Nós queremos que a política externa do Brasil seja brasileira e queremos colocar os interesses do Brasil acima de tudo” (TAVARES, 2011). Outro evento na política internacional ocorreu com a decisão americana de intervir no regime de Fidel em Cuba na OEA (Organização dos Estados Americanos). Brasil, Argentina, Chile e México se abstiveram da resolução (CERVO, 2002, p. 356). Já na Crise dos Mísseis de Cuba de 1962, Goulart se colocou contra um bloqueio naval americano aos cubanos, porém Jango apoiou Kennedy em uma resolução pacífica frente a tal evento, impedindo a piora da relação EUA-Brasil (CERVO, 2002, p. 356-357). Em 1963, ficava cada vez mais clara a posição americana acerca da importância do Brasil na política latino-americana. “Cuba se foi. Para onde o Brasil for, irá toda a América do Sul”. Segundo Carlos Fico, “Os EUA não admitiriam, em nenhuma hipótese, uma outra Cuba, (...) um outro governo na América Latina de viés socialista, comunista, o que fosse”. Teriam, a qualquer custo, mesmo com uso da violência, evitar um governo desta linha (TAVARES, 2011). Já que uma possível cooperação política entre Kennedy e Jango não era vista como provável, Kennedy e Lincoln Gordon começam a arquitetar uma conspiração contra o governo Jango. Gordon obteve a carta branca de Kennedy para uma possível intervenção militar americana no Brasil. Tudo se iniciou com o apoio político e financeiro aos opositores de Jango, como o caso do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e o governador de São Paulo, Adhemar de Barros (TAVARES, 2011; CERVO, 2002, p. 361). No plano econômico, os EUA pararam de fornecer ajuda econômica ao Brasil; no plano político, a CIA começou a treinar grupos paramilitares para suscitar um levante civil contra Goulart (CERVO, 2002, p. 361). Kennedy estava muito engajado em escalar as medidas de embate ao Brasil pelo menos até o seu assassinato, em 1963 (TAVARES, 2011).

No lugar de John Kennedy, assume o poder dos EUA o seu vice-presidente Lyndon Johnson, tomando posse em 22 de novembro de 1963. Com relação à política externa com o Brasil, Johnson continuou a manter o projeto agressivo deixado por Kennedy

(TAVARES, 2011). O ponto alto em que a conspiração tinha como objetivo retirar Goulart do poder foi o Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, próximo ao prédio do alto escalão do Exército. A promessa de Reformas de Base propostas pelo seu governo em favor de medidas sindicais e esquerdistas contrariou os interesses americanos e de militares brasileiros conservadores. Após o comício, os EUA passaram a fortalecer os vários grupos de oposição a João Goulart, tais como, os grupos militares, os católicos, a imprensa e passeatas democráticas (TAVARES, 2011). A resposta americana mais contundente veio por meio da “Marcha da Família com Deus pela Pátria e Liberdade”, contra o comunismo. O sucesso da marcha para os conspiradores levou Castelo Branco à liderança do golpe. O próximo passo americano levaria a uma possível ação contra o governo brasileiro: a chamada Operação Brother Sam (TAVARES, 2011). As tropas locais de conspiração estavam posicionadas no batalhão proveniente de Minas Gerais, sob a liderança do major Olímpio Mourão Filho. Os militares não encontraram resistência até o Rio de Janeiro. João Goulart, que possuía poder político para enfrentar os conspiradores, estranhamente acabou fugindo para o sul do país (TAVARES, 2011). O golpe militar, consolidado em 31 de março de 1964, foi um alívio para Johnson, que passou a ter o Brasil a seu lado. Johnson, satisfeito com o desfecho, falou com Mann, integrante do governo americano: “Acho que foi a coisa mais importante que aconteceu no hemisfério nos últimos anos (...) espero que nos deem crédito ao invés de problemas” (TAVARES, 2011).

Mesmo com grande apoio político e espionagem, os EUA não declararam abertamente apoio ao golpe, ficando a sua ação de inteira responsabilidade dos próprios militares (CERVO, 2002, p. 362).

Castelo Branco (1964-1967): colaborador dos EUA na América Latina

O governo militar instalado em 1964 foi bem acolhido pelos americanos. Castelo Branco era visto como o colaborador dos EUA na América Latina, o qual mudou claramente a direção da política externa do Brasil, ao lado dos países capitalistas. Desse modo, o primeiro presidente militar inaugurou a “Política Interdependente” a favor dos EUA na Guerra Fria. As mudanças do pensamento militarista brasileiro ocorreram na chamada Doutrina de Segurança Nacional e na participação posterior do Brasil para intervir na

guerra civil da República Dominicana (CERVO, 1986, p. 80). O país também deu apoio aos EUA no golpe militar que colocou o vice-presidente militar René Barrientos no poder na Bolívia, em 1964 (FERNANDES, 2010, p. 159). A importância do Brasil era tanta para os EUA, que Castelo Branco chegou a entrar em negociações para colocar tropas brasileiras em auxílio às americanas no Vietnã em 1964, em apoio às ações de Lyndon Johnson no sudeste asiático (FERNANDES, 2010, p. 158).

Internamente, os problemas começaram a surgir com a nova presidência. Os policiais começaram a reprimir politicamente grupos contrários ao golpe. Os EUA reagiram com ajuda econômica ao país como apoio às crises políticas. Em resposta, Castelo Branco começa a dar mais solidez ao regime militar por meio dos Atos Institucionais n.º.1 (suspensão das liberdades políticas e cassação de políticos contrários ao golpe) (BRASIL, 1964) e n.º.2 (Aumento do tempo de mandato do Governo Castelo Branco, abolição dos direitos políticos e extinção dos partidos políticos) (BRASIL, 1965; TAVARES, 2011).

A aprovação dos atos institucionais do governo de 1964-1967 trouxe preocupação aos EUA. Lincoln Gordon, a favor do atual regime, defendeu-o ao afirmar que, “se não apoiarmos Castelo, a Linha Dura [militares mais conservadores que eram a favor do golpe e apoiavam ações mais enérgicas e agressivas contra os ‘comunistas’] tomará o poder”. Desse modo, o governo americano ignorou a aprovação de uma constituição ilegal no país (TAVARES, 2011).

Porém, a política externa de Castelo Branco não conseguiu êxito, uma vez que o Brasil não tinha poder suficiente para realizar posicionamentos próprios (CERVO, 2002, p. 370) ainda que a ideia dos militares brasileiros do “Brasil potência” começasse a nascer atingindo seu objetivo no mandato de Médici (CERVO, 2002, p. 370-375). Tal amostra de participação política do poder brasileiro em nível regional ocorrerá no fechamento das relações políticas com Cuba (CERVO, 2002, p. 375-376). Por fim, Castelo Branco, mesmo tendo conseguido importantes feitos, acabou pressionado pela “Linha Dura” a se alinhar, cada vez mais, aos Estados Unidos (CERVO, 2002, p. 373). O quadro econômico (crescimento abaixo da média de 4,1% e inflação alta de 57,3% entre 1964 e 1967), segundo Bellingieri (2004), trouxe-lhe sérios problemas.

Costa e Silva (1967-1969): a linha dura no regime militar

O General Costa e Silva (1967-1969) sucedeu Castelo Branco em 1967, aumentando a escala de violência e o papel antidemocrático no país. Costa e Silva pertencia à chamada “Linha Dura” que conseguiu alcançar o poder (TAVARES, 2011) e lançou o mais duro ato institucional: o AI-5, em 1968 (TAVARES, 2011), o qual deu ao presidente o poder de dissolver o Congresso por tempo ilimitado e cessar todos os direitos políticos de qualquer cidadão (BRASIL, 1968). A diretriz interna da Ditadura Militar mudou radicalmente a partir de 1967. Alguns setores que apoiaram o golpe acreditaram que se iniciava a perda de foco no regime. A chamada “Operação Limpeza” ganhou força para deter grupos contrários ao golpe, o que era suavizado com Castelo Branco. No plano externo, o governo Costa e Silva descreveu novas políticas para o país, dessa vez mais focada com o desenvolvimento nacional. Assim como Castelo Branco, Costa e Silva enfrentou um momento de desenvolvimento econômico (em média de 7,8% em seu mandato), segundo Bellingeri (2004), e de maior influência política do Brasil no cenário internacional, o que exigiu tomada de decisão da presidência da República (CERVO, 2002, p. 380-381). O presidente instalou no Brasil a chamada “Diplomacia da Prosperidade”, pondo fim às metas de política externa impostas por Castelo Branco. Mesmo que Costa e Silva tivesse abandonado os projetos de enfrentamento militar direto através das chamadas “fronteiras ideológicas”, o governo de 1967-1969, representante dos chamados “anos de chumbo” (1968-1974), fez intensas interferências no Cone Sul, não só no Uruguai e na Bolívia, mas também no Chile, como mandava a Diretriz de Segurança Nacional (FERNANDES, 2010, p. 162). De certo modo, esse governo militar retomou o projeto desenvolvimentista de JK para frear o subdesenvolvimento, com enorme crescimento econômico entre 1968 e 1973 (CERVO, 2002, p. 383), registrado como o “Milagre Econômico” ou “Milagre Brasileiro”- momento em que o país alcançou níveis de crescimento econômico por volta de 11,1% a.a. e a fortes quedas de inflação abaixo dos padrões nacionais (VELOSO *et al.*, 2008, p. 221). Esse quadro econômico favorável ajudou o governo a consolidar o plano arquitetado como o “Brasil Grande Potência”, fortalecendo a participação do capital estrangeiro e desenvolvendo o país industrialmente (CERVO, 2002, p. 383). Afinal, o desenvolvimento brasileiro era necessário para evitar que o país,

sendo uma nação subdesenvolvida, sofresse uma ameaça clara de adesão ao comunismo. Este posicionamento foi fortemente apoiado pelos Estados Unidos (VECCHIO, 2004, p. 177).

Médici (1969-1974): os anos de chumbo, o auge político-econômico e a cooperação com Nixon

A entrada de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) na presidência em 1969 veio em decorrência da morte de Costa e Silva. De um lado, os militares queriam que o governo se tornasse mais maleável no prosseguimento do regime, enquanto os setores mais radicais queriam mais agressividade com o modo de guiar a ditadura (VECCHIO, 2004, p. 179). Foi sobre a liderança de Médici que o Brasil alcançou níveis ótimos de crescimento econômico, que se deu entre 1968 e 1973 (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 224), somado à intensa e mais forte repressão militar. Médici reforçou em seu mandato o discurso anticomunista nos planos interno e externo, mantendo o projeto de política externa do nacional-desenvolvimentismo (CERVO, 2002, p. 384; LUIZ, 2011, p. 6).

Médici incorporou tal discurso, tanto que chegou a elaborar meios para derrubar o governo chileno de Salvador Allende, meios estes que foram apoiados pelo presidente norte-americano Richard Nixon, em 1971 (FILHO, 2009, p. 45)

Outra demonstração de combate mais sólido aos comunistas está na preparação da “Operação Trinta Horas” para apoiar o presidente uruguaio Juan Maria Bordaberry, caso sofresse uma queda pelo grupo guerrilheiro Tupamaros (VECCHIO, 2004, p. 185).

Por meio das ações do Ministro das Relações Exteriores, Gilson Barbosa, tentou-se trazer um novo papel ao Brasil no sistema internacional. Tal posicionamento internacional ficou conhecido como a “Diplomacia do Interesse Nacional”, na qual o Governo Médici busca intensificar a ideia do “Brasil Potência” por meio de *jingles* e frases de efeito, como, por exemplo, “ame-o ou deixe-o”, assim como vários outros meios para obter apoio popular frente ao ótimo aspecto econômico (LUIZ, 2011, p. 7; VECCHIO, 2004, p. 180). As diretrizes de Gilson Barbosa, em 1972, para o governo de Emílio Médici eram: Primeiro, a cristalização do poder; segundo, consolidar o desenvolvimento brasileiro por meio do crescimento econômico; terceiro, buscar uma ordem internacional que defenda a paz; quarto, promover a cooperação com demais nações que tam-

bém estavam se desenvolvendo; e, por último, dar maior vazão à política externa brasileira (CERVO, 2002, p. 384-385).

Geisel (1974-1979): a transição “lenta e gradual” e a Operação Condor

Passados os melhores resultados provenientes do “Milagre Econômico”, Geisel (1974-1979) iniciou sua gestão já abalada pelos eventos da economia devido a Choque do Petróleo de 1973, inflação a níveis altos, crescimento econômico abaixo do normal (em média de 6,7% de 1974 a 1979) e endividamento externo que alcançou US\$ 50 bilhões de dólares (LUIZ, 2011, p. 7; BELLINGIERI, 2004, p. 7-13). Para Pimenta (2014), a base do governo de 1974-1979 resgata a gestão de Castelo Branco, ao dar cargos importantes aos militares pertencentes ao governo de 1964 (PIMENTA, 2014, p. 63-64). Vale lembrar que é a partir do Governo Geisel que foram instituídas as seguintes metas: Fazer uma transição “lenta e gradual”, nas palavras do presidente, do regime autoritário à democracia novamente; diminuir a presença das forças militares, dentre elas a “Linha Dura”; realizar o controle repressivo aos “subversivos” e manter o crescimento econômico (SKIDMORE apud. PIMENTA, 2014, p. 64). Assim como no quadro interno, em que Geisel venceu a repressão da esquerda ao derrotar os revoltosos do Araguaia e desarticulou a base do PCB (Partido Comunista Brasileiro) na Operação Radar, em 1975 (PIMENTA, 2014, p. 65-66), o presidente inaugura a política externa do “Pragmatismo Responsável”, retomando a Política Externa Independente e trazendo maiores ligações do Brasil para com a política internacional (LUIZ, 2011, p. 8). Foi durante esse período que o poder militar brasileiro se tornou mais expressivo (PIMENTA, 2014, p. 75). Geisel considerou necessário interferir na região, uma vez que o Brasil era o país mais expressivo da América Latina. Dessa forma, o Brasil expandiu a cooperação com os países da região, como o Paraguai, com a fundação da Usina de Itaipu (PIMENTA, 2014, p. 76-77). A ação repressiva do governo brasileiro (desde o Governo Costa e Silva) e de outras nações latino-americanas que cometeram diversos atos de violação aos Direitos Humanos causou incômodo ao governo norte-americano, que, mesmo assim, aceitou o uso irrestrito da violência, uma vez que seus interesses estavam sendo atingidos (SCALIANTE, 2010, p. 57). A Operação Condor, firmada nos anos 1970 em pleno funcionamento dentro do Governo Geisel, que envolvia a união

de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile, buscava a defesa dos Estados, seja contra as ameaças internas seja contra as externas (FILHO, 2009, p. 45-46). Este foi o ápice da união entre EUA e Brasil, na qual consistiu a perseguição de grupos comunistas com uso de violência além do normal (SCALIANTE, 2010, p. 58). O AI-5, firmado em 1968, fez com que as ações dos militares fossem legalizadas e fizesse com que Richard Nixon e Henry Kissinger implantassem no Brasil o Conselho de Segurança Nacional americano (SACLIANTE, 2010, p. 56-58). Um retrato de como o Brasil foi um ávido colaborador da Operação Condor foi o aparato repressivo do SNI (Serviço Nacional de Inteligência), que fora treinado pela CIA e que tinha sob liderança o General Goubery Couto e Silva (SCALIANTE, 2010, p. 71; 83). Segundo Pinochet e Manoel Contreras, líder do DINA (Dirección Nacional de Investigaciones), o Serviço de Inteligência Chileno, o Brasil era o local de treinamento para os agentes de tortura e interrogatório (SCALIANTE, 2010, p. 109). Segundo Quadrat (2002):

“O Brasil teve uma participação intensa na Operação Condor. O então chefe da SNI e o futuro presidente da república João Baptista Figueiredo é apontado pelo juiz espanhol Baltasar Garzón como um dos principais coordenadores da Operação Condor. O Brasil figura também como um dos principais aliados do governo Pinochet no Chile” (QUADRAT, 2002, p. 126-127).

Geisel saiu do poder enfrentando sérios problemas políticos internos, como a democratização do regime militar (sendo pressionado pela “Linha Dura” por meio da tática de terrorismo de direita) e, no âmbito externo, com o reconhecimento dos governos marxistas de Angola e da China, demonstrando a autonomia do governo brasileiro (PIMENTA, 2014, p. 64-68; VECCHIO, 2004, p. 187). Mesmo que as medidas políticas tomadas por governos como o de Geisel pudessem ser contrárias ao pensamento estadunidense, os EUA não podiam simplesmente repreender o Brasil, uma vez que precisariam de apoio político na América Latina (SCALIANTE, 2010, p. 60).

Figueiredo (1979-1985): a crise real e a queda do regime militar

Em 1979, o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985) estava destinado a ser o último dos governos militares. Nas palavras de Figueiredo, ele queria “fazer deste país uma democracia” (GONÇALVES, MIYAMOTO, 1993, p. 237). O governo de Figueire-

do continuou com o Pragmatismo Responsável de Geisel, porém já estava abalado pelos desafios da sociedade internacional, conforme aponta Luiz (2011). Ocorreram nesse período o Segundo Choque do Petróleo em 1979, a queda do desenvolvimento econômico e inflações galopantes (BELLINGIERI, 2004, p. 9). O Itamaraty começou a perder a estabilidade de suas ações, além do governo de 1979-1985 sofrer críticas severas (LUIZ, 2011, p. 9). Apesar de o governo brasileiro começar a se desvencilhar da posição americana, criando uma política externa universalista, ou seja, a favor da paz e da cooperação (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 237), ele não foi capaz de resolver os problemas econômicos do país, segundo indica Luiz (2011). Com o chamado “esfriamento” da Guerra Fria e com as batalhas finais ainda sendo travadas pela gestão Reagan nos EUA na década de 1980, o regime militar decretou uma crise real, sendo finalmente dissolvido em 1985. Ainda que a gestão do governo democrático de José Sarney (1985-1989) tenha mantido algumas características dos militares, fez calmamente a transição para a democracia (LUIZ, 2011, p. 9).

Teoria do Realismo aplicada na análise da ditadura militar

Ficou evidente a mudança de comportamento na política externa do governo militar com relação às políticas dos governos anteriores, os denominados “populistas”. O principal objetivo da política externa norte-americana em 1964 era de “projetar e defender os interesses do Estado na política mundial”, em outras palavras, o “Estado é reconhecido como soberano, único e autônomo no cenário, sendo impossível que se estabeleça qualquer autoridade superior a sua razão e existência” (JACKSON, 2007, p. 102; PECE-QUILO, 2004, p. 123; LESSA, 2012, p. 94). E, para isso, foi necessário que os Estados Unidos causassem uma mudança profunda na ideologia e no comportamento do Estado brasileiro, que pode ser analisado pré e pós-1964.

Com base em Waltz (2002), pode-se explicar o alinhamento brasileiro de interesses com os EUA pré-1964, de acordo com a Teoria Sistêmica proposta em Teoria das Relações Internacionais. O autor acredita que as ações dos Estados influenciam a formação de diversas variáveis como consequência dos atos de si próprio. Nesse caso, o Brasil teria três ações a seguir: Alinhar-se politicamente aos EUA; alinhar-se com a URSS; ou, na terceira opção, seguir uma

Política Externa Independente. O Brasil escolheu a terceira. Desse modo, as “mudanças dentro dos sistemas marcam alterações de um sistema para outro” (WALTZ, 2002, p. 98). Ou seja, essa escolha levou o sistema dos EUA a ser afetado; a alternativa americana viria a danificar as resultantes da escolha brasileira, decidindo, assim, instituir um golpe militar indiretamente (WALTZ, 2002, p. 94-98).

Os EUA fizeram o que Mingst e Arreguín-Toft (2009) definiriam como o “uso da força”, de modo que pudesse “obrigar um Estado a fazer algo, ou desfazer algo que fez” através da ameaça com o uso da força, aspecto defendido pela teoria realista (MINGST, ARREGUÍN-TOFT, 2009, p. 122).

O uso da força (ainda que por meios indiretos) foi crucial para a deposição do governo Goulart e a instalação do regime militar; foi nesse momento que o Governo Militar entrou em um processo de coerção pelos EUA (MINGST, ARREGUÍN-TOFT, 2009, p. 122). Depois do golpe, a coerção americana para com os militares não se baseou na ameaça ao uso da força para ditar seu interesse nacional logo que tal recurso fora utilizado contra Goulart. Os estadunidenses se pautaram de “fontes intangíveis de poder” para influenciar um Estado com dependência militar e de grande liderança, caracterizando o Brasil como um país-satélite às ambições americanas (MINGST, ARREGUÍN-TOFT, 2009, p. 112-116; KAMRAVA, 2008, p. 73). Isto fica evidente nas palavras de Castelo Branco, que afirma haver uma “fidelidade cultural e política ao sistema internacional ocidental” dos interesses brasileiros para com os norte-americanos (CERVO, 2002, p. 369).

Uma vez definida a influência do poder americano sob as instituições militares brasileiras, os países pertencentes ao Cone Sul, durante os anos de 1960 e 1970, estiveram em um processo de controle de grupos militares, que buscavam a cooperação política para combater ações de facções internas de orientação comunistas visando garantir a segurança nacional (FILHO, 2009, p. 44). Para os realistas, de maneira generalizada, é correto afirmar que a segurança seria a busca pela sobrevivência estatal, dado que, para um Estado, quanto mais poder se detém, maior a sua possibilidade de se manter seguro e, portanto, sobrevivente (WILLIAMS apud. DANTAS, 2014, p. 115), o que vale tanto para o regime militar do Brasil como para os EUA. Impedir a evidente ameaça comunista na região era o objetivo primordial de ambos (LOWE, 2011, p. 174-175). E para evitar tal avanço, “a melhor solução para um proble-

ma perene (...) é um Estado aumentar seus interesses políticos no exterior” fortalecendo seu poder relativo na região e seu *status quo* por meio da segurança (ZAKARIA apud. DONNELLY, 2000, p. 63; DONNELLY, 2000, p. 64). Sendo assim, os EUA passaram a exercer influência – em termos de autoridade e controle, o que leva o Brasil a ser o que Moura (2012) define como a formação de um “sistema de poder”, onde é necessário “manipular a política do Brasil”, assegurando sua colaboração com os planos hegemônicos estadunidenses na América do Sul (MOURA, 2012, p. 248). Por outro lado, em termos realistas, o Estado controlado perde sua autonomia e seu poder de decisão, o que leva a cessar a capacidade de um Estado ser considerado um indivíduo autônomo (BROWN, AINLEY, 2009, p.90) tornando o país, portanto, um Estado-satélite norte-americano. Vários exemplos podem demonstrar a dependência do governo brasileiro ao norte-americano sobre os governos militares. O primeiro caso a ser exemplificado está na influência americana sob a Operação Condor:

“Brasil aderiu ao acordo original entre Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai para cooperar e trocar informações de terrorismo e subversão (...) limitou sua contribuição (...) para a provisão de equipamento de comunicação para o Condortel, rede de comunicações estabelecidas pelos países do Condor” (UNITED STATES, 2001, tradução própria).

O segundo exemplo, mais ligado à influência americana sobre o Brasil, pode ser visto na aprovação de Nixon da intervenção brasileira sobre o Chile em 1971, a fim de “tentar e prever novos Allendes e Castros e tentar, onde é possível, reverter estes quadros”. A comprovação de que Nixon acreditava numa ligação diplomática especial entre ambos os Estados pode ser vista na seguinte afirmação do presidente norte-americano:

“(...) era muito importante que Brasil e EUA trabalhassem conjuntamente neste campo (...) nós acreditávamos que poderíamos cooperar, pois há muitas coisas que o Brasil como um país sul-americano poderia fazer e que os EUA não poderiam” (UNITED STATES, 2009, tradução própria).

Portanto, o Brasil como um país que se comprometeu em impedir o “avanço marxista/esquerdista” na região, estaria sob o domínio/influência dos EUA, como pode ser observado pelas palavras de Nixon que oferece a Médici “assistência ao Brasil quando e onde for preciso”, deixando para a nação brasileira o encargo das ope-

rações regionais – nas palavras do general brasileiro Vicente Dale Coutinho: “Os EUA obviamente queriam que o Brasil fizesse o ‘trabalho sujo’ na América do Sul” (UNITED STATES, 2009).

Considerações finais

Quando se estabeleceu o título deste artigo, o termo “país-satélite” surgiu como uma forma de descrever a interação gerada entre os dois países para garantirem os seus interesses, uma visão no próprio bem-estar. Retomando a introdução com a teoria e com a análise histórica realizada, pode-se denotar que o Brasil foi o “termômetro” para a política americana na América Latina justamente após a Revolução Cubana de 1959 e a Crise dos Mísseis de 1961. Esse foi o mais alto ponto de ebulição da Guerra Fria durante os anos 1960 e 1970, momento em que os EUA estavam a ponto de sofrer perdas com sua campanha no Vietnã e a expansão de movimentos esquerdistas na América Latina, a exemplo do próprio Brasil sob a liderança de JK, Jânio e Jango, que seguiam uma PEI defendendo um posicionamento nacional próprio que fazia relações com governos considerados “comunistas” pelos EUA.

E para o objetivo do EUA de deter o avanço de governos de orientação centro-esquerda na América do Sul, o Brasil deveria ser o primeiro país sul-americano a ser detido – o que suscitou um golpe militar contra Goulart em 1964. Uma vez realizado o golpe, o Estado brasileiro seguiu como o “país-satélite” a mando de Washington – evidente na administração de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici.

Era necessário intervir de qualquer modo a fim de evitar que a doutrina comunista pudesse alcançar uma área sob a influência americana. A Operação Condor, firmada nos anos 1970, foi o instrumento de repressão sul-americano, o qual evoluiu a maquinaria repressora brasileira na região, trazendo maior uso de práticas de tortura, assassinatos, ação autoritária, violação aos Direitos Humanos e prisões arbitrárias. A expansão do papel do Brasil pró-EUA na região cristalizou-se na Operação Condor, onde o papel brasileiro ampliou-se e manteve-se até o período de derrocada das campanhas socialistas na América do Sul no início da década de 1980, a queda de tais regimes militares na América do Sul e o enfraquecimento da União Soviética nos anos 1980 e 1990.

Vale ressaltar que o fato de se utilizar o termo satélite para o Brasil não diminui a sua importância na relação com os Estados

Unidos. A sua não participação poderia gerar um desequilíbrio na América Latina, o que poderia ter obrigado a nação americana a abrir nova frente em meio a muitas nações com visões políticas externas diferentes da estadunidense.

No transcorrer deste trabalho, procurou-se demonstrar que houve uma clara mudança de comportamento na política externa do Brasil após o movimento de 1964. A partir de uma análise com base na teoria do Realismo é possível descrever as atitudes e ações ocorridas antes e após essa data. A decisão tomada pelo governo brasileiro antes de 1964 tem como base a Teoria Sistêmica de Waltz (2002), e, durante todo o período do chamado governo militar, também houve a presença de ações comuns à teoria do Realismo.

Referências bibliográficas

AYRES, Leonardo Staevie. **Governo Dutra: Ortodoxia versus desenvolvimentismo no Brasil pós-guerra**. Porto Alegre, 2013.

BELLINGIERI, Júlio Cesar. **A economia no período militar (1964-1984): Crescimento com endividamento**. s.l. Faculdade Integradas FAPIBE, 2004.

BRASIL. Arquivo nacional. **Presidente: Jânio Quadros**. Brasília, Governo Federal, 2015. Disponível em: <http://www.an.gov.br/crapp_site/presidente.asp?r-qID=23>. Acessado dia (26/09/2015).

BRASIL. Ato institucional nº 1. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Presidência da República – Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos**. Brasília, 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acessado dia (08/10/2015).

BRASIL. Ato institucional no 2. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. **Presidência da República – Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos**. Brasília, 27 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acessado dia (08/10/2015).

BRASIL, Ato institucional no 5. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Presidência da República – Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos**. Brasília, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acessado dia (12/10/2015).

BROWN, Chris. AINLEY, Kirsten. **Understanding International Relations**. 4th.Edition, London, Palgrave MacMillan, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **A política externa brasileira (1822-1985)**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1986, 95 p.

CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**./ Amado Luiz Cervo; Clodoaldo Bueno. – 2ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. - 526 p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2015. **Operação Condor**. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>>. Acessado dia (23/09/2015).

DANTAS, Aline Chianca. Uma análise da concepção de segurança á luz das teorias realistas e liberais das relações internacionais. **Século XXI**.Vol.5, n. 1, p. 113-128, janeiro-junho/2014.

DONNELLY, Jack (2000). **Realism and International Relations**. Edinburgh, Cambridge University Press, 2000.

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): As intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. **História Social**. n. 18, p. 157-176, 2010.

FILHO, Pio Penna. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 56-76, janeiro-março/2011.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: Revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007

GONÇALVES, Willians da Silva. MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**. Vol. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007

LOWE, Norman (2011). **História do Mundo Contemporâneo**. 4ª edição, Porto Alegre, Penso, 2011. p. 175-177.

KAMRAVA, Mehran (2008). **Understanding Comparative Politics: a framework for analysis**. 2ªed. New York, Routledge, 2008.

LESSA, Jaderson Borges. O Direito dos povos nas relações internacionais como uma resposta à teoria realista. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 03; n. 01, 2012

LUIZ, Juliana Ramos. **A política externa do regime militar: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI. 3, 2011, São Paulo, Anais..., p. 1-16, v. 1., 2011.

MANZUR, Tânia Maria P. G. A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, São Paulo, 93: p. 169-199, 2014

MINGST, Karen A. ARREGUIN-TÓFT, Ivan M. **Essentials of International Relations**. W W Norton & Company Inc., 2009.

MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil: 1939-1915 - mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra. **Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG**, 2012.

PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis: **Vozes**, 2004.

PIMENTA, Gabriel Fernandes. **A política externa do governo Geisel (1974 - 1979): uma análise realista neoclássica**. 2014. p. 1-125. Dissertação de Mestrado. PUC Minas, Belo Horizonte.

QUADRAT, Samantha Viz. **O poder de informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil**. 2002. Dissertação de Mestrado. IFCS/UFRJ.

SCALIANTE, Elizabete Aparecida. **Políticas coercitivas da Operação Condor**. 2010, p. 1-135. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, São Paulo.

SOUZA, Fabiana Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedos - revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**. vol.3, n.8, p. 159-176. Janeiro-Junho, 2011.

TAVARES, Camilo. **O dia que durou 21 anos**.(2013). YouTube, 1 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U91gtFREBYQ>>. Acessado dia (25/09/2015).

UNITED STATES (2001). **Brazil's role in Operation Condor. National Security Archive**. Washington, 2001. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/news/20010306/condortel.pdf>>. Acessado dia (11/05/2016).

UNITED STATES (2009). Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende. **National Security Archive**. Washington, 2009. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB282/index.htm>>.

VECCHIO, Angelo Del. Política e potência no regime militar brasileiro. **Projeto História**. Vol. 29, n. 1, p. 169-196, dezembro/2004.

VELOSO, Fernando A. *et al.* Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. **RBE- Revista Brasileira de Economia**. Vol.62, n. 2, p. 221-246, Abril-Junho/2008.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa, Gradiva, 2002, p. 88-177.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. – vol. 25. / Francisco Corrêa Weffort – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.